



município  
Vila Nova  
de Paiva  
Capital Ecológica



## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Promoção da Prática Desportiva – 2017/2018

Aos **oito** dias do mês de **fevereiro** do ano de **dois mil e dezoito**, na Sala de Reuniões dos Paços do Município de Vila Nova de Paiva, entre:

• **PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA**, adiante também designado por Município, pessoa coletiva territorial de direito público registada sob o número 506 809 323, com sede na Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, aqui representado pelo Sr. **Dr. José Morgado Ribeiro**, casado, advogado, residente na Rua de S. Martinho, n.º 86, Travassós de Cima, Rio de Loba, Viseu, NIF 189 739 398, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e em representação do Município nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

e

• **SEGUNDO OUTORGANTE: CASA DO POVO DO CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA**, adiante também designada por Casa do Povo, pessoa coletiva de direito privado registada sob o número 501 169 377, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos em 17 de abril de 1973, com sede na vila de Vila Nova de Paiva, no Lugar de Alto da Pedralva, 3650-220 Vila Nova de Paiva, da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas, do município de Vila Nova de Paiva, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, registada em 14 de maio de 1999 pela inscrição n.º 117/99 na então Direção Geral da Ação Social, conforme Declaração emitida em 16 de dezembro de 1999 publicada na 3.ª Série do Diário da República n.º 3, de 5 de janeiro de 2000, aqui representada pelo senhor **Alfredo José Martinho Afonso**, contribuinte fiscal número 187 253 115, residente na vila de Vila Nova de Paiva, na qualidade de Presidente da Direção da Associação e em representação da mesma conforme Ata n.º 72 da reunião da Direção da Associação de 27 de janeiro de 2018.

Considerando que:

a) A Casa do Povo do Concelho de Vila Nova de Paiva tem vindo a desenvolver uma dinâmica apreciável no âmbito do fomento da prática desportiva na área do Município de Vila Nova de Paiva, através do fomento da prática do futsal e futebol nas camadas jovens, infantis e benjamins;

b) A Casa do Povo é um dos núcleos fundamentais do desenvolvimento desportivo local e um agente desportivo incontornável na dinamização do futebol a nível local e distrital;

c) A Casa do Povo está a desenvolver um projeto de médio e longo prazo que para além dos escalões de Petizes, Traquinas, Benjamins e Infantis dos anos anteriores, na presente época conta já com a criação de Futebol Feminino, com participação no Campeonato Nacional de Juniores



"A" sub-19, com a recreação da Equipa de Veteranos designada do "Alto Paiva", bem como a proporcionar aulas quinzenais aos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva.

d) De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º da Lei de Bases da Atividade Física e Desportiva (LBAFD) aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, incumbe também às autarquias locais promoverem o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas.

e) A Câmara Municipal tem, por sua vez, entre as respetivas competências materiais, a de apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

f) A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 5 de janeiro de 2018 aprovou a celebração do presente protocolo de cooperação e autorizou a realização da despesa a ele inerente.

É celebrado, livremente e de boa-fé o presente protocolo de cooperação, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

Constitui objeto do presente protocolo a concessão de uma comparticipação financeira que se destina a suportar os encargos com o desenvolvimento de atividades pelo Segundo Outorgante na época desportiva de 2017/2018, com vista à promoção da prática desportiva nomeadamente no âmbito das camadas jovens entre os 5 e os 17 anos.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Prazo de execução do protocolo**

A execução das atividades objeto de comparticipação financeira pelo presente protocolo produz efeitos a contar da data da sua assinatura, retroagindo a 1 de setembro de 2017 e decorre até 31 de agosto de 2018.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Comparticipação financeira**

1. A comparticipação financeira a prestar pelo Primeiro outorgante ao Segundo outorgante para prossecução do objeto do presente protocolo é no montante de **€ 20.000,00** (vinte mil euros).

2. O pagamento da comparticipação será efetuado em quatro prestações trimestrais iguais e sucessivas de acordo com a disponibilidade financeira do Município.





3. A alteração dos fins a que se destina a verba prevista neste contrato só poderá ser feita mediante deliberação camarária, com base numa proposta fundamentada do Segundo outorgante.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Pagamento da comparticipação**

1. As prestações trimestrais no valor de € 5.000,00 cada referidas na cláusula anterior, serão processadas ao Segundo Outorgante até ao 5.º dia útil do primeiro mês do trimestre a que diz respeito (setembro e dezembro de 2017, e março e junho de 2018), vencendo-se as primeiras duas prestações no mês seguinte ao da assinatura do presente protocolo.

2. O Segundo outorgante deverá apresentar ao Primeiro Outorgante com a antecedência de 5 dias em relação à data de pagamento, a respetiva fatura-recibo ou documento equivalente com menção da tranche a que se refere e indicação do número de compromisso constante da parte final do presente protocolo.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do Segundo Outorgante**

São obrigações do Segundo Outorgante:

- a) Fomentar gratuitamente a prática desportiva no Município de Vila Nova de Paiva, através da formação de crianças e jovens nas várias modalidades de Futebol;
- b) Fomentar a formação e competição nas respetivas modalidades;
- c) Disponibilizar os respetivos recursos humanos e materiais para iniciativas organizadas ou apoiadas pelo Município de Vila Nova de Paiva;
- d) Garantir a promoção e divulgação do Município de Vila Nova de Paiva em todas as suas atividades e representações.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Incumprimento das obrigações**

1. O incumprimento, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações previstas na cláusula anterior implica a suspensão da comparticipação financeira do Primeiro Outorgante.

2. Caso a comparticipação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do programa desportivo, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir ao Primeiro Outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do Primeiro Outorgante**

São obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Prestar apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades que constituem incumbência da Casa do Povo, mediante o pagamento da comparticipação prevista na Cláusula 3.<sup>a</sup>;
- b) Conceder à Casa do Povo, na organização pontual de iniciativas desportivas, o apoio humano e logístico necessário;



c) Assegurar o transporte, sempre que possível, nas deslocações para os jogos das competições em que a Casa do Povo esteja envolvida, no âmbito do objeto do presente protocolo;

d) Assegurar a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal e do Estádio Municipal da Pedralva para as sessões de treino.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Revisão do contrato**

O presente protocolo pode ser modificado ou revisto, por escrito, por livre acordo das partes.

#### **Clausula 9.ª**

##### **Disposições finais**

Os litígios emergentes da execução do presente protocolo serão resolvidos por consenso entre as partes.

#### **Clausula 10.ª**

##### **Compromisso da despesa**

O encargo do presente protocolo é no montante de € 20.000,00 (vinte mil euros), estando previsto nas Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor sob o código 2/252/2003/104, e dotado para o exercício de 2018 no orçamento municipal, suportado pela rubrica orçamental abaixo indicada, na qual tem cabimento, estando a despesa comprometida com o número sequencial de **Compromisso n.º 22.294/2018**, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), conforme Informação de Compromisso datada de 23 de janeiro de 2018, da Divisão de Administração e Finanças:

- Classificação Orgânica – 01.02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais
- Classificação Económica – 04.07.01 – Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/Instituições sem fins lucrativos.

Escrito em quatro folhas de uma face, foi lido e achado conforme pelas partes, e vai rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada outorgante.

Pelo Município de Vila nova de Paiva

Pela Casa do Povo do Concelho de Vila Nova de Paiva

**Casa do Povo  
do Concelho de  
Vila Nova de Paiva**  
CONTRIBUINTE N.º 661 100 877